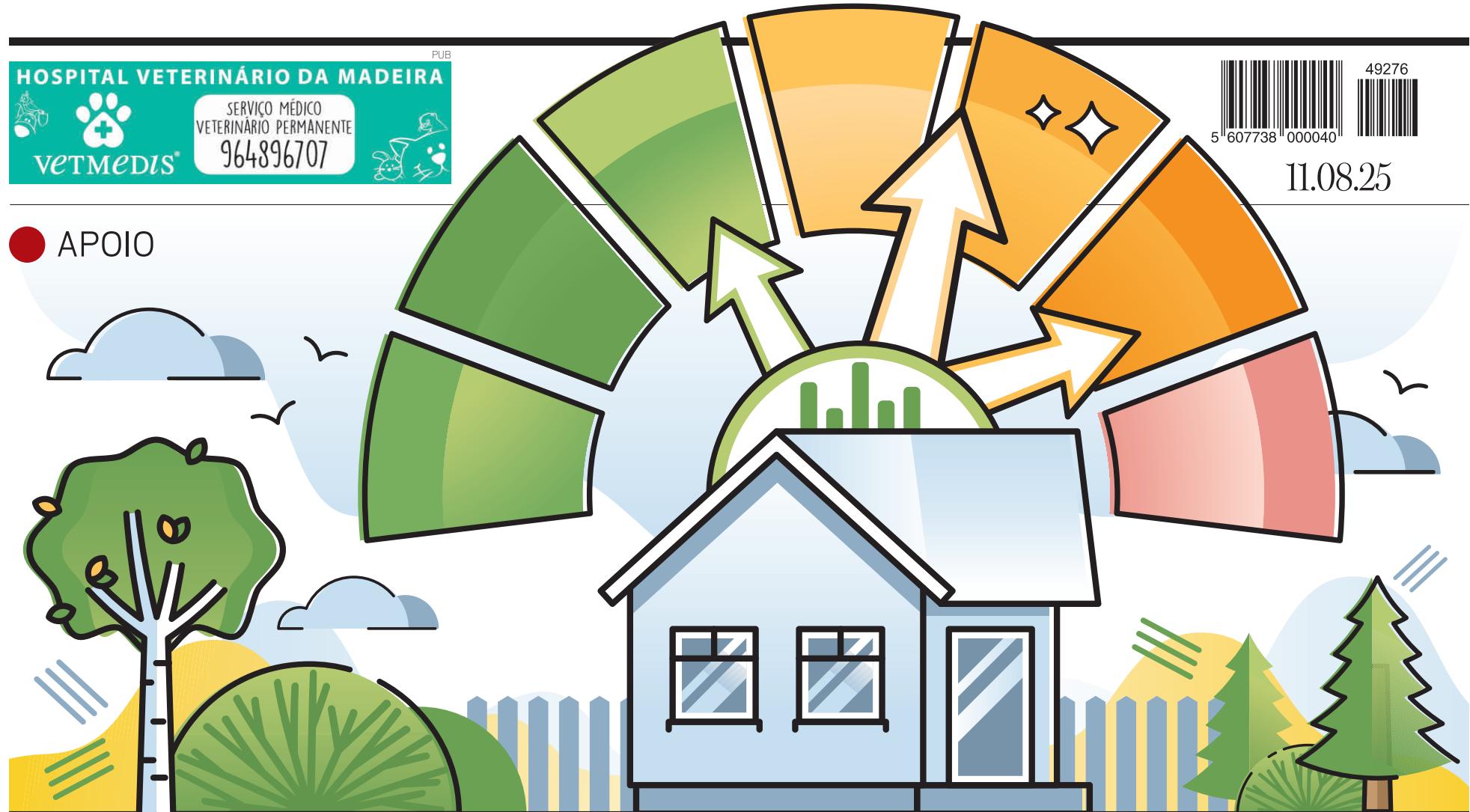


● APOIO



Madeirenses sem alternativa a programa E-Lar nacional

MARCO LIVRAMENTO
mlivramento@dnoticias.pt

Os madeirenses não podem candidatar-se aos apoios disponibilizados pelo Governo da República para melhorar o conforto térmico das habitações e apoiar as famílias na aquisição de equipamentos eficientes e na electrificação de consumos energéticos, através do programa E-Lar. Mas também não dispõem de qualquer medida alternativa criada pelo Governo Regional para o efeito, já que a Região não contemplou apoios equivalentes nos investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) considerados prioritários pelo Executivo de Miguel Albuquerque.

O programa E-Lar foi apresentado na semana passada pela ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho, e prevê apoios até 1.700 euros a cada família que possua tarifa social de energia, de modo a permitir a troca de fogões, fornos e esquentadores a gás por equipamentos eléctricos energeticamente mais eficientes (classe A ou superior). Estes apoios serão da responsabilidade do Fundo Ambiental e enquadram-se no fomento da transição energética das famílias. O grande objectivo passa por reduzir o consumo de

combustíveis fósseis e combater a pobreza energética.

Mas o âmbito geográfico deste programa limita-se ao território de Portugal continental, excluindo, assim, tanto os residentes na Madeira, como nos Açores, por terem ambas as regiões autónomas decidido a melhor forma de aplicar as verbas do PRR que lhes foram destinadas. Portanto, a implementação de um programa do género na Madeira teria de ser definida pelo Governo Regional, aspecto que não foi contemplado na distribuição dos dinheiros europeus destinados à Região pela União Europeia para a recuperação socio-económica pós-covid-19.

No final da semana passada, o DIÁRIO questionou a Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas sobre o porquê de os madeirenses estarem excluídos desse apoio e se podiam beneficiar de uma medida semelhante à que será disponibilizada aos residentes em Portugal continental.

Na resposta, o gabinete de Pedro Rodrigues, governante que tem a pasta da Energia no Exe-

Região não contemplou medida equivalente na sua programação do PRR e aponta para apoios entre 2026 e 2032



cutivo liderado por Miguel Albuquerque, reforçou a evidência da exclusão já descritinada nas regras do programa nacional e confirmou não haver nenhum apoio do género a curto prazo para os madeirenses.

Não tendo sido contemplado nos dinheiros do PRR, a Secretaria de Equipamentos e Infraestruturas disse estar “em fase de planeamento” uma medida semelhante, que deverá contar com verbas do Fundo Social para o Clima. Mas esse apoio só será implementado entre 2026 e 2032, contando com futuros quadros comunitários e indo muito além do âmbito de acção do actual Executivo. Desta forma, o Governo Regional não se compromete com qualquer medida equivalente no actual mandato.

Ainda assim, o gabinete de Pedro Rodrigues faz já saber que essa futura medida destinar-se-á “a apoiar as famílias e microempresas na transição energética, através de incentivos à adopção de soluções mais eficientes, sustentáveis e acessíveis”.

Quanto à proveniência das verbas, acrescenta que “o finan-

ciamento decorrerá de uma combinação de verbas comunitárias, ao abrigo do Fundo Social para o Clima, e de dotação própria do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, assegurando a adaptação às especificidades do território e a articulação com outras políticas públicas nas áreas da eficiência energética, combate à pobreza energética e de mobilidade, transição energética e descarbonização”.

Entre as questões colocadas à tutela, o DIÁRIO quis, também, saber quantas famílias madeirenses utilizam o gás nas suas residências e quantas optam pela alternativa elétrica, de modo a indagar qual tem sido a evolução na última década. Aquele organismo público fez saber que “não dispõe, actualmente, dos dados estatísticos completos que permitam apresentar um histórico de 10 anos sobre a repartição anual do consumo energético no sector doméstico para este tipo de fonte energética”. Ainda assim, adiantou que se encontra “em desenvolvimento um trabalho de consolidação e actualização desta informação, sendo que os dados disponíveis indicam uma tendência de redução gradual do consumo de gás GPL, tanto no fornecimento canalizado, como no engarrafado”.